

Realização



“BRASIL – DO CABURAI AO CHUI”
CÂMARA MUNICIPAL
DE BOA VISTA

**Concurso
Público**
Aplicação
16/10/2016
TARDE

Cargo
**PROCURADOR
DA CMBV**

Caderno de Prova Subjetiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

ATENÇÃO! Antes de iniciar a prova confira as páginas de seu caderno de provas bem como a sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo em outro momento.

1. O tempo disponível para realização da prova será de 14h às 18h (total de 4 horas), não havendo prorrogação por qualquer motivo.
2. O Caderno de Prova contém: Prova Subjetiva com 4 (quatro) questões, a serem respondidas no máximo em 15 (quinze) linhas e um parecer de 120 (cento e vinte) linhas.
3. O caderno de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do respectivo texto.
4. A prova deverá ser feita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, conforme subitem 6.3.3.1 do Edital.
5. Ao término da prova, deverá entregar ao fiscal o caderno de texto definitivo identificado somente com o número de inscrição.
6. O candidato só poderá retirar-se do local da prova 2h (duas horas) após seu início e só poderá levar o caderno de provas após 3h (três horas) do início da prova
7. Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

Observações

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Rascunho do(a) Candidato(a)**QUESTÃO DISCURSIVA 1**

No momento da celebração do contrato administrativo é estabelecido o seu equilíbrio econômico-financeiro, que consiste numa equação entre o encargo assumido pelo contratado e a remuneração pactuada. No entanto, podem sobrevir situações extraordinárias capazes de romper esse equilíbrio, tornando a execução do contrato muito mais onerosa do que originariamente previsto. São situações extraordinárias, posteriores à celebração do contrato, que autorizam revisão da remuneração do contratado: a) teoria da imprevisão; b) fato do príncipe; e c) fato da Administração. Conceitue cada uma delas, citando exemplos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Rascunho do(a) Candidato(a)**QUESTÃO DISCURSIVA 2**

João, vereador da Câmara Municipal, durante sessão plenária, ao usar a tribuna, dirigiu-se gravemente a José, secretário municipal de obras, que no dia anterior teria dito à imprensa local que João não tinha moral para criticar o seu trabalho à frente da Secretaria. Em seu discurso, João afirmou que José era corrupto e prevaricador e que padecia de desequilíbrio mental herdado do seu pai, não tendo, por isso, dignidade para criticar os parlamentares municipais. Diante disso, José ajuizou ação de indenização em desfavor de João, a fim de obter reparação por danos morais. Considerando a situação hipotética apresentada, discorra sobre a imunidade parlamentar conferida aos vereadores, sua natureza e seu alcance.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Rascunho do(a) Candidato(a)**QUESTÃO DISCURSIVA 3**

O art. 174 do Novo Código de Processo Civil estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo, a fim de dirimir conflitos envolvendo órgãos e entidades da administração pública; avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da administração pública; e promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta. Acerca desse tema, disserte sobre: a) a crise da Justiça como decorrência do modelo demandista; e b) a importância dos mecanismos consensuais de solução de conflitos e o conceito de multiportas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Rascunho do(a) Candidato(a)**QUESTÃO DISCURSIVA 4**

É admissível ao Congresso Nacional editar lei em sentido contrário ao que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade? Responda, fundamentadamente, retratando a definição de superação legislativa da jurisprudência como forma de ativismo congressual.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Rascunho do(a) Candidato(a)**PEÇA PRÁTICA**

Em 10 de maio de 2016, ato do Chefe do Poder Executivo Municipal determinou que fosse repassado mensalmente (no mês de maio e nos subsequentes, até o final do exercício) o valor de R\$ 1.000.000,00 ao Poder Legislativo a título de duodécimo. Entretanto, a Lei Orçamentária Anual – LOA vigente estabelece que o valor mensal do repasse previsto no art. 29-A, inciso III, da Constituição Federal [art. 29-A. *O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;*], deve ser de R\$ 1.500.000,00. Além disso, determinou que os repasses fossem efetuados no vigésimo quinto dia de cada mês. Em comunicado ao Poder Legislativo, o Secretário Municipal de Finanças informou que a redução das parcelas duodecimais devia-se à crise econômico-financeira instalada no País, que ocasionou sucessivas reduções nos valores das transferências constitucionais relativas ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, repassados pela União, assim como afetou a arrecadação própria, cuja somatória está em declínio. Afirmou também que em função de irregularidades cometidas durante a gestão do Prefeito antecedente, o Município encontra-se impedido de receber transferências voluntárias decorrentes de convênios com a União. Em função disso, o Executivo reajustou unilateralmente os repasses do duodécimo, uma vez que o Poder Legislativo, mesmo ciente da situação das finanças municipais, não promoveu por ato próprio e nos montantes necessários as limitações de empenho e movimentação financeira condizentes com a conjuntura gerada pela escassez de receitas. De posse dessas informações, e considerando que a transferência parcial dos recursos consignados na LOA, como dotação orçamentária do Poder Legislativo nos meses de maio a setembro, só foi suficiente para o pagamento das despesas com pessoal, ou seja, o subsídio dos vereadores, a remuneração dos servidores ativos e os proventos dos inativos, permanecendo as demais despesas de custeio e investimento pendentes de pagamento, a Mesa Diretora solicitou manifestação da Procuradoria da Câmara a fim de solucionar a situação. O Procurador Geral encaminhou o processo ao respectivo Procurador da Câmara para elaboração do competente parecer.

Em face da situação hipotética acima descrita, considerando a data da realização da prova como momento da manifestação da Procuradoria, na condição de Procurador da Câmara, elabore parecer abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a posição do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria; a constitucionalidade/legalidade da postura adotada pelo Chefe do Executivo; a(s) eventual(ais) medida(s) judicial(ais) adequadas para regularizar os repasses futuros e reaver as diferenças pretéritas; a legitimidade da Câmara Municipal para atuar no polo ativo de uma demanda judicial; o princípio da intranscendência subjetiva das sanções; dentre outros aspectos correlatos.

Na parte destinada ao relatório escreva: “Relatório dispensado”. Atenha-se aos dados do enunciado, não crie fatos novos.

Rascunho do(a) Candidato(a)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

Rascunho do(a) Candidato(a)

33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	

Rascunho do(a) Candidato(a)

65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	

Rascunho do(a) Candidato(a)

97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	